

# Classes e contradições no urbano capitalista: fundamentos de uma especificidade histórica\*

Elton Rafael Lorena\*\*

## **Resumo:**

O presente artigo visa fazer uma primeira aproximação teórica aos problemas concernentes à questão urbana e às suas relações fundantes na realidade capitalista. Tem como objetivo apontar alguns dos pontos que julgamos de relevância essencial para uma correta compreensão e análise do problema das classes sociais e das contradições estruturais do ambiente urbano capitalista.

**Palavras-chave:** Urbano capitalista. Classes sociais. Contradições urbanas. Estado.

## Classes and contradictions in the capitalist city: foundations for historical specificity

## **Abstract:**

This article attempts a theoretical first approximation to the problems related to the urban question and its relationship to capitalist reality. Its objective is to underscore some points that we believe to be of great relevance for the accurate understanding and analysis of the problem of social classes and the structural contradictions of the capitalist urban environment.

**Keywords:** Capitalist city. Social classes. Urban contradictions. The state.

O urbano na sua configuração capitalista só se torna compreensível quando apreendemos as relações fundantes desta sua forma específica. Assim, para podermos desenvolver a análise, inicialmente temos que delinear alguns dos fundamentos determinantes do modo de produção capitalista. Inicialmente, então, é preciso definir o que entendemos por capital. Na explicação de Iasi (2006):

---

\*Extraído do texto original: *Luta de classes na cidade neoliberal: uma análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*, Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012. Pesquisa financiada pela CAPES.

\*\*Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília e integrante do Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho; possui graduação em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara. End. eletrônico: erlorena@bol.com.br

Afinal, qual é o conceito de capital? Uma relação social, um momento no processo de circulação no qual o dinheiro não é simplesmente meio de troca, é processo de valorização do valor no qual há uma diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que pode gerar, é a unidade do processo de trabalho e o processo de valorização? Capital é dinheiro, mercadoria, força de trabalho, são os meios de produção, são as mercadorias produzidas grávidas de mais-valia ou o dinheiro final acrescido de valor realizado? O capital não é nenhum desses momentos separadamente, mas o movimento pelo qual cada momento deste se articula com a totalidade do processo de valorização. (Iasi, 2006: 332).

O capital, portanto, não pode ser entendido como uma coisa ou um objeto, ele é uma relação social inerente a um processo complexo e articulado de criação de valor que se baseia na expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores e na transformação desta em uma forma de propriedade que passa às mãos da classe capitalista. Ou seja, o capital só pode existir enquanto subordina estrutural e hierarquicamente o trabalho. Na passagem ao regime histórico dominado pelo capital, os produtores diretos foram, em um processo que não poupou recursos à violência, expropriados de seus meios de produção<sup>1</sup>. Restou-lhes a venda de sua força de trabalho como forma de sobrevivência. Nesse processo e no seu posterior desenvolvimento, o capital subordinou o trabalho<sup>2</sup>, e constituiu uma engrenagem de extração de valor excedente. Isso foi possível porque a força de trabalho possui uma característica singular, única, que é a criação de valor: “[...] *ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa.*” (Netto; Braz, 2006: 100, grifos no original). Aqui reside o ponto nevrálgico da produção capitalista e da valorização do capital, no fato de que somente o trabalho tem a capacidade de produzir um valor maior do que o necessário à sua reprodução. Em termos simples, o capitalista efetua a compra de um determinado tempo da força de trabalho (a jornada de trabalho), no qual ele pode utilizá-la e, nessa utilização, o capitalista auferir um valor maior do que ele gastou para realizar a compra, porque, durante a execução de sua atividade, esta força de trabalho, em uma parte do tempo, cria o valor correspondente ao que recebeu do capitalista, que equivale ao custo social de sua reprodução, e, durante o restante do tempo da jornada de trabalho ela cria a parte do valor que é apropriada pelo capitalista. Essa relação básica constitutiva do funcionamento da sociedade burguesa, que resulta na extração de mais-valia, é a relação direta de

---

<sup>1</sup>Ver “A assim chamada acumulação primitiva.” Capítulo XXIV de *O capital*. (Marx, 1984: 251-284).

<sup>2</sup>Sobre a passagem histórica da subordinação *formal* à subordinação real do trabalho ao capital ver (item 4.5) “O capital comanda o processo de trabalho”. (Netto; Braz, 2006: 110).

exploração do trabalho pelo capital. Vejamos como Marx explica esse processo de trabalho que possibilita a extração de valor excedente:

Mas o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso. O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. Sua propriedade útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma conditio sine qua non, pois o trabalho para criar valor tem de ser despendido de forma útil. *Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera.* (Marx, 1983: 159-160; grifos nossos).

Uma característica intrínseca do capital é a necessidade de acumulação e expansão. A necessidade expansiva decorre do fato de que o capital é valor que busca incessantemente valorizar-se, e, dessa forma, não pode deixar de, perenemente, se reintegrar ao processo de valorização, sob pena de deixar de ser capital. Nessa dinâmica, uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista deve necessariamente voltar ao processo de produção na forma de capital. Isso é imprescindível para a continuidade do modo de produção. Essa constante transformação de mais-valia em novo capital é a base da reprodução ampliada do sistema e é a partir dela que surge o processo de acumulação do capital. A base do processo acumulativo e de reprodução capitalista é a exploração da força de trabalho. Disso decorre que, quanto maior a exploração e mais altas forem as taxas de mais-valia extraídas dos trabalhadores, maior será o incremento do processo de acumulação.

A grande especificidade do capitalismo reside no fato de que ele é voltado essencialmente à produção de mercadorias: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar.” (Marx, 1983: 45, notas suprimidas). Diante da hegemonia dessa estrutura social regida sob as determinações capitalistas, os valores de uso correspondentes ao atendimento das necessidades humanas somente são produzidos sob a égide das exigências do processo acumulativo expansivo do capital, ou seja, na forma de valores de troca, que permitem atender às necessidades dessa acumulação em expansão. Fundamental reiterar que a própria força de trabalho entra nessa espiral de mercantilização, sendo tratada como uma mercadoria, e, através disso, a própria reprodução do trabalho vivo fica sob o jugo das necessidades do capital.

Como nessa sociedade, aqueles que apenas possuem sua força de trabalho são também transformados em mercadorias à disposição das necessidades capitalistas, os seres humanos são colocados em concorrência direta pelas possibilidades de inserção na divisão social do trabalho como meio de garantir sua subsistência. Nesse conjunto específico de relações sociais tem lugar um contraditório processo de produção que gera uma abundância material nunca antes vista na história da humanidade, concomitante uma incrível produção de escassez através do modo pelo qual se realiza a apropriação dessa riqueza material. Para Iasi (2006): “O reino do capital produz como desumanidade algo que não tem por base a escassez propriamente, mas um certo padrão de apropriação e acumulação em meio a abundância e a riqueza.” e, na sequência: “*O capital produz um novo tipo de escassez por meio da acumulação privada da riqueza socialmente produzida.*” (Iasi, 2006: 215, grifos nossos).

A partir disso, temos uma sociedade que coloca os indivíduos em concorrência pelas oportunidades de sobrevivência, o que está diretamente concatenado com a maneira de funcionar da acumulação na sociabilidade capitalista, que é concentradora de riquezas para uma pequena parcela da sociedade e concentradora de pauperismo para a grande maioria. O problema urbano capitalista surge em meio a esse modo estrutural de funcionamento do capitalismo.

A partir dessa compreensão dos fundamentos primordiais do funcionamento da sociedade capitalista é que podemos tentar compreender o papel do urbano na sociedade contemporânea. Este exame não pode prescindir de uma análise histórica que possibilite desvendar alguns dos nexos fundamentais presentes em seu desenvolvimento.

O primeiro ponto a ser tratado para iniciarmos o desvendamento dos principais determinantes da questão é a subordinação do campo à cidade. Essa subordinação tem uma imprescindível importância histórica para o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. A cidade (base material e concreta do urbano) submete o campo como necessidade para que a burguesia iniciasse um processo de concentração da propriedade e dos meios de produção, aspectos fundantes do novo modo de produção que estava alvorecendo. Nas palavras de Marx e Engels (2007): “A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos [...]” e, na sequência: “A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. (Marx; Engels, 2007: 44).

O início da acumulação segundo o novo modo de produção que estava se instaurando foi marcado por uma expropriação extremamente violenta dos meios

de produção com uma grande concentração de capital nas mãos de um grupo reduzido, em oposição a uma grande maioria que foi forçada a vender sua força de trabalho para prover seu sustento, já que essa foi a única forma encontrada por essa massa, agora totalmente despossuída, de garantir sua sobrevivência. Assim, a força de trabalho tornou-se uma mercadoria com livre circulação no mercado. Nesse sentido, também Lefebvre (1999a) revela a importância histórica da cidade no desenvolvimento do capitalismo:

A cidade, como tal, faz parte dessas condições históricas, implicadas no capitalismo. Ela resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela). [...] Na cidade, o mundo da mercadoria, abstrato em si mesmo (porque constituído de relações desprendidas do uso), encontra a natureza, simula-a, pode passar por natural, faz passar sua encarnação material por natural. As exigências do capital e as necessidades da burguesia são tomadas, ao mesmo tempo, por naturais e sociais [...]. Moldadas pela história no quadro urbano, as necessidades aí se impõem. (Lefebvre, 1999a: 140-141).

Dessas passagens já é possível começarmos a extrair a importância histórica representada pela cidade no processo de concentração de meios de produção e força de trabalho, necessidade imperiosa na origem e no desenvolver capitalista. Outra autora que afirma a intrínseca ligação entre o desenvolvimento da produção capitalista e a cidade é Ferrari (2005). Segundo sua perspectiva não se pode encarar a cidade de forma isolada, como um fenômeno que independe da interação com outras esferas sociais, ou seja, não é possível entender a cidade separada de suas determinações históricas. Em suas palavras:

Cidades não são entes autônomos. As capitalistas, especificamente, são os lugares de formas historicamente determinadas de exploração, onde se materializam complexas unidades de produção. Nelas ocorrem aprofundamentos do caráter cooperativo do trabalho, revelador da sincronia e interdependência entre as partes que compõem a divisão social do trabalho e dela são resultados. (Ferrari, 2005: 19)

A cidade capitalista, como forma histórica específica, reuniu condições das quais o capitalismo não poderia prescindir para continuar seu processo de expansão e desenvolvimento. Ela é portadora de grande e importante parcela do trabalho realizado anteriormente, o trabalho morto, isto é, o trabalho já objetivado, que é indispensável à exploração do trabalho vivo, isto é, a força de trabalho produzindo mais-valia. Ela é fundamental também para a manutenção e o aprimoramento constante da divisão social do trabalho que possibilita o funcionamento do capital, na medida em que realiza uma aproximação dos componentes que realizam o processo produtivo.

Comentando sobre a cidade como aglomeração de população, dos instrumentos de produção e do capital, afirma Lojkine (1997) que ela: “[...] não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista [...]” (Lojkine, 1997: 159). Em seguida o autor ressalta o papel da cidade na socialização das condições de produção: “[...] não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção – das quais a urbanização [...] é componente essencial.” (Lojkine, 1997: 159). Ainda, segundo este autor, duas seriam as características principais da cidade capitalista, a saber: a crescente concentração dos meios de consumo coletivos e uma específica aglomeração do conjunto dos meios de reprodução, tanto do capital como da força de trabalho, que será determinante no processo de desenvolvimento da economia (Lojkine, 1997).

Na análise de Pinheiro (2006), a cidade capitalista produz um conjunto específico de novas relações que estão submetidas aos interesses do capital e aos seus ordenamentos: “Esse redemoinho de relações nada mais é que os imperativos do capital. Por outras palavras, o indivíduo nu (expropriado das condições de produção da própria vida) é lançado numa teia de relações sociais que tem como mediação a forma capital [...]” (Pinheiro, 2006: 1). Nesse contexto, onde predomina o urbano sob a determinação primordial dos ditames do capital, é engendrado um conjunto específico de contradições que surgem na estrutura urbana e que expressam uma contradição de caráter universal no modo de produção capitalista: a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais específicas da sociedade capitalista (Gohn, 1982).

A partir dessas considerações podemos desvendar alguns aspectos do problema colocado. Uma primeira constatação remete-nos ao não isolamento da questão e, conseqüentemente, à afirmação de suas interações complexas com outras esferas sociais. Portanto, não é possível dissociarmos o caminho histórico do urbano capitalista do caminho histórico da própria sociedade capitalista como uma totalidade social, ou seja, é de extrema importância entender que o urbano é parte integrante e fundamental dessa totalidade.

O desenvolvimento da produção capitalista está diretamente relacionado ao crescimento urbano. Ao longo da história, algumas cidades são transformadas em centros de gigantesca aglomeração humana, resultando disso uma facilitação do processo de reprodução do capital. Com uma imensa massa de trabalhadores desempregados vindos do campo, criam-se exércitos excedentes de trabalhadores à disposição das necessidades do capital. Para Lefebvre (1999a):

A cidade contém a população exigida pelo aparelho produtivo e “o exército de reserva” que a burguesia reclama para pesar sobre os salários tanto como para dispor de uma “rotatividade” de mão-de-obra. Mercado das mercadorias e do dinheiro (dos capitais), a cidade torna-se também o mercado de trabalho (mão-de-obra). Desde que o regime capitalista se apossou da agricultura, a demanda de trabalho ali diminuiu, à medida que o capital se acumula. [...] *A superpopulação latente*, no campo como na cidade, é um dos fenômenos característicos do capitalismo. No campo, essa população excedente é liberada pelos progressos técnicos e investimentos do capital na produção agrícola; na cidade, é deixada flutuante, segundo as necessidades da indústria, detida pelos capitalistas e gerida segundo suas exigências. (Lefebvre, 1999a: 144; notas suprimidas).

A cidade apresenta importância fundamental não só no processo de produção de mercadorias, mas também no processo de circulação das mesmas e da realização do valor criado na esfera da produção. Se não houver expansão da circulação, a acumulação estagna. Assim, a necessidade de minimização do custo de circulação de mercadorias, facilitando sua realização, é também um dos fatores que promovem a aglomeração e a concentração de capital, meios de produção e força de trabalho em determinados espaços, gerando um processo de urbanização cada vez mais extenso e intenso.

Agregado a esse processo de acumulação está o da construção dos espaços urbanos de forma generalizada, embora não idêntica, pelas diferentes partes do mundo. “O processo de acumulação origina a tendência da penetração das relações sociais capitalistas em todos os aspectos da produção e da troca, e em todo o mundo.” (Harvey, 2006: 63). Nesse contexto, é possível constatar um processo de urbanização que também se espalha por todos os países, pois, como demonstra Pinheiro (2002), o processo de acumulação tem sua base fundamental no espaço da cidade:

Efetivamente, a cidade é o lugar da acumulação na medida em que, por um lado, toda atividade acontece em algum lugar e, por outro lado, a economia capitalista é essencialmente industrial [...]. Isto é válido mesmo para as cidades cuja atividade econômica predominante não seja a indústria, pois, sob o MPC, toda cidade está articulada a uma rede urbana que pode ser metropolitana, regional, nacional ou internacional. (Pinheiro, 2002: 4)

A compreensão, portanto, da produção do urbano capitalista não pode deixar de levar em conta os processos interligados de acumulação e expansão do capital. No desenvolver desses processos ocorre uma concentração dos elementos necessários à constante reprodução do capital, levando à criação de aglomerações humanas (com a criação de uma superpopulação relativa - para

além dos trabalhadores empregados no processo de produção - que é subjacente à acumulação capitalista) e de forças produtivas cada vez maiores. Essa concentração se dá no espaço urbano. Esses são fatores essencialmente entrelaçados na sociedade regida pelo capital.

Chegamos a um ponto decisivo de nossa análise: a explicitação de que o urbano e o processo de acumulação interagem de forma dialética. Na medida em que o urbano tem um papel fundamental no desenvolvimento da economia capitalista, ou seja, tem um papel de determinação sobre ela, o próprio processo de urbanização é também determinado, uma vez que é moldado a partir das necessidades provindas do processo acumulativo do capital. Assim, desenvolve-se uma relação de interação complexa entre essas partes da totalidade social. Sobre a interação complexa, afirma Mészáros (1993):

Em uma concepção mecanicista, há uma linha de demarcação definida entre o “determinado” e seus “determinantes”, mas não é o que ocorre no quadro de uma metodologia dialética. Nos termos dessa metodologia, embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam os “determinantes fundamentais” do ser social de suas classes, eles são também, ao mesmo tempo, “determinantes *determinados*”. Em outras palavras, as afirmações de Marx sobre o significado ontológico da economia só fazem sentido se formos capazes de apreender sua idéia de “interações complexas”, nos mais variados campos da atividade humana. Desse modo, as várias manifestações institucionais e intelectuais da vida humana não são simplesmente “construídas sobre” uma base econômica, mas também *estruturam* ativamente essa base econômica, através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente autônoma. (Mészáros, 1993: 77, grifos no original).

Um fator determinante na configuração urbana capitalista é o Estado. Este constitui uma forma de organização da classe dominante, em determinado tipo de formação social, que permite a essa classe garantir seu direito de propriedade e conservar seus interesses privados dando-lhes um aspecto de interesses comuns (Marx, 2002). Conclui-se, a partir dessa perspectiva, que a ação estatal é permeada por interesses de classe. O Estado deve realizar, visando manter a ordem instituída, a mediação das contraditórias relações de classe presentes de forma estrutural na sociedade do capital: “Tendo em vista que o Estado é uma expressão das relações sociais, são essas relações que permitem compreender as formas políticas e, não, o contrário.” (Lima, 2004: 68), ou seja, “[...] o Estado, por ser um órgão de uma sociedade estruturada em classes, tem sua ação direcionada no sentido de assegurar e fortalecer os interesses da classe que detém a hegemonia sobre o conjunto da sociedade.” (Lima, 2004: 68). Diz Marx que o Estado “[...] repousa sobre a contradição entre a vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares.” (Marx, 1995:

80). Nessa passagem percebe-se como o Estado tem sua raiz no antagonismo das classes que compõem a sociedade.

No que diz respeito à constituição do urbano capitalista, ao Estado cabe a incumbência de atender as necessidades e exigências colocadas pelo capital. O Estado é que irá, portanto, ser o principal responsável pela criação das estruturas urbanas necessárias ao processo produtivo capitalista, incluindo a criação de bens e serviços coletivos necessários à reprodução da força de trabalho e a infra-estrutura urbana, necessária ao funcionamento da produção e a circulação das mercadorias, assim como sua realização. Esses bens e serviços têm também de atender, mesmo que em padrões mínimos, as necessidades que surgem do processo de reprodução da força de trabalho. Dessa forma, o fornecimento dessas estruturas urbanas será feito de modo a atender prioritariamente os interesses do capital. A novidade da intervenção estatal capitalista é que ela se dá na forma abstrata de uma representação dos interesses de todo o conjunto da sociedade, quando na verdade, expressa em última instância, os interesses da classe dominante. A intervenção estatal tem também como uma de suas metas criar mecanismos que dêem conta de regular e controlar as contradições que se acumulam no urbano, mantendo os pilares da ordem vigente.

Lojkine (1997) afirma que as políticas urbanas no capitalismo, no processo de desenvolvimento das condições gerais de produção, são de caráter contraditório. Para o autor: “[...] à necessidade de desenvolver a socialização das forças produtivas materiais e humanas responde a necessidade oposta, que o capitalismo tem, de subordinar o crescimento econômico unicamente à valorização do capital.” (Lojkine, 1997: 193). Em outra passagem: “[...] a estrutura do Estado capitalista não pode deixar de refletir, em última instância, a evolução fundamental da estrutura de classes [...]” (Lojkine, 1997: 135). Ainda segundo ele, existem contradições fundamentais que estão no cerne das políticas urbanas capitalistas. Acreditamos que a principal delas, apontada pelo autor, seja a contradição entre as necessidades da reprodução do capital, isto é, o processo de acumulação, e as necessidades da reprodução da força de trabalho, ou seja, a confecção dos meios de consumo coletivos, que tem como especificidade o fato de que sua produção, na maioria das vezes, não representa oportunidade lucrativa capitalista.

Para Lojkine (1997) as contradições que o Estado reforça com suas políticas urbanas ainda sofrem um aprofundamento e uma exacerbação no estágio monopolista do capital:

Longe de suprimir a contradição entre meios de reprodução do capital e meios de reprodução da força de trabalho, a política urbana vai exacerbá-la, tornando-se um instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamento urbano, de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital. Contradição reforçada no estágio monopolista pelo

fracionamento da classe capitalista e refletida no nível estatal pela constituição do que chamamos uma política “monopolista”, ou seja, a instauração de instrumentos jurídicos, ideológicos e financeiros a serviço da fração monopolista do capital. Agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classes, o Estado monopolista vai portanto refletir ativamente as contradições e as lutas de classe geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos. Longe de unificar o aparelho de Estado, a subordinação de sua política à fração monopolista do capital vai, pelo contrário, agravar as fissuras, as contradições entre segmentos estatais, suportes de funções sociais contraditórias. (Lojkin, 1997: 193).

Por conseguinte, podemos evidenciar a importância das classes sociais nas relações que se erigem no urbano. Para Harvey (2006) “[...] dever-se-ia considerar a urbanização um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas sociais entrelaçadas [...]”, ou seja, “Em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido, o que não quer dizer que todas as práticas espaciais possam ser assim interpretadas.”, porém, é fato que “[...] sob o capitalismo, o amplo leque das práticas de classe, em associação com a circulação do capital, a reprodução da força de trabalho e das relações de classe, e a necessidade de controlar a força de trabalho permanecem hegemônicos. (Harvey, 2006: 169-170).

A compreensão dessas relações torna-se possível quando nos debruçamos sobre o processo de acumulação, uma vez que ele está na base do crescimento e da expansão das contradições de classes do capitalismo. Explica Marx (1984) como esse processo age na contradição central, entre os capitalistas e os assalariados:

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (Marx, 1984: 188).

Como o processo de reprodução ampliada do capital reproduz também, em escala crescente, uma massa de trabalhadores que permanece à disposição das necessidades da acumulação (a multiplicação do proletariado), o capitalismo

produz espaços nos quais o conflito de classes vai se concentrando de maneira cada vez mais intensa tendo como seu local privilegiado de explicitação o espaço urbano.

O conflito explicita-se, por exemplo, na disputa que se desenvolve entre trabalhadores buscando redução dos seus custos de vida e capitalistas tentando ampliar suas taxas de lucro. Na medida em que a classe trabalhadora busca uma elevação de sua qualidade de vida através da redução de seus custos com a reprodução básica e de um aumento do montante de valores de uso à sua disposição no contexto urbano, o capital, em contrapartida, busca nesse mesmo processo apropriar-se do esforço da classe trabalhadora, objetivando sempre o rebaixamento do custo da força de trabalho, possibilitado pela redução dos custos da reprodução citada acima. Dessa forma, é possível percebermos que *os conflitos na esfera da reprodução da força de trabalho refletem o conflito entre capital e trabalho*, ou melhor, que as lutas na “esfera do viver” são manifestações mediatizadas dessa contradição, que é fundante do capitalismo, entre capital e trabalho (Harvey, 1982). As contradições urbanas, que são geradas pela acumulação e reprodução do capital e se definem como aquelas que estão relacionadas com a esfera do consumo de equipamentos, bens e infra-estrutura ligados ao urbano, estão em conexão inextrincável com a esfera produtiva e, por sua vez, às lutas entre as classes sociais (Gohn, 1982).

Atestando as disparidades e as contradições de classe inerentes ao espaço urbano capitalista, Carlos (1999) evidencia que: “No plano do espaço, os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios e a ocupação do espaço não se fará sem contradições e, portanto, sem luta;” (Carlos, 1999: 83). Na sequência, a autora prossegue afirmando que: “este processo de apropriação faz aparecer por todos os lados a disparidade, a desigualdade entre ‘ricos’ e ‘pobres’ e, entre estes, a ‘miséria absoluta’ daqueles que moram embaixo das pontes ou nos bancos das praças.” (Carlos, 1999: 83).

Parece-nos ficar muito clara aqui a dimensão conflituosa e de interesses contraditórios que envolvem o espaço urbano, e, em nosso entendimento, esse fato advém das contradições entre os diferentes interesses das classes sociais que compõem o conjunto da sociedade. Por conseguinte, acreditamos que essa dimensão conflituosa apresenta-se como inerente à sociedade capitalista, uma vez que esta se erige a partir de contradições insolúveis que fundam sua própria base e lhe dão sustentação.

## Bibliografia

- BENOIT, Hector (2000). Entrevista: A luta popular pela moradia - Introdução. *Crítica Marxista*. São Paulo, n.10. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/ceomarx/criticamarxista/ENTREVISTA.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (1999). São Paulo: a 'anti-cidade'? In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de et al. (Orgs.). *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedesp.
- ENGELS, Friedrich (1976). Contribuição ao problema da habitação. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos*, volume II. São Paulo: Edições Sociais.
- FERRARI, Terezinha (2005). *Fabrilização da Cidade e Ideologia da Circulação*. São Paulo: Terceira Margem.
- GOHN, Maria da Glória (1982). *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez.
- HARVEY, David (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC.
- \_\_\_\_\_ (1982). O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Revista Espaço e Debates*, São Paulo, n. 6.
- \_\_\_\_\_ (2006). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- IASI, Mauro (2006). *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular.
- KOWARICK, Lúcio (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LEFEBVRE, Henri (1999a). *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A.
- \_\_\_\_\_ (1999b). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- \_\_\_\_\_ (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- LESSA, Sérgio (1999). *O processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade*. Disponível em: <[http://sergiolessa.com/Novaartigos\\_etallil.html](http://sergiolessa.com/Novaartigos_etallil.html)>. Acesso em 23 out. 2009.
- \_\_\_\_\_ (2001). *Contra-revolução, trabalho e classes sociais*. Disponível em: <[http://sergiolessa.com/Novaartigos\\_etallil.html](http://sergiolessa.com/Novaartigos_etallil.html)>. Acesso em 23 out. 2009.
- \_\_\_\_\_ (s/d). Trabalho, sociabilidade e individuação. Disponível em: <[http://sergiolessa.com/Novaartigos\\_etallil.html](http://sergiolessa.com/Novaartigos_etallil.html)>. Acesso em 23 out. 2009.
- LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de (2004). *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (doutorado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: <[http://teses.ufrj.br/IPPUR\\_D/SoniaLucioRodriguesDeLima.pdf](http://teses.ufrj.br/IPPUR_D/SoniaLucioRodriguesDeLima.pdf)>. Acesso em 05 mai. 2008.

- \_\_\_\_\_ (2005). Movimento dos Sem-Teto: expressão de metamorfoses na luta social. *Caderno Especial* n. 22. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial22.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2008.
- LOJKINE, Jean (1997). *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- MARX, Karl (1983). *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, liv. 1. tomo I.
- \_\_\_\_\_ (1984). *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, liv. 1. tomo II.
- \_\_\_\_\_ (1995). Glosas críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. *Revista Práxis*, Belo Horizonte, n. 5.
- \_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich (2002). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_ (2007). *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo.
- MÉSZÁROS, István (1993). *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de afirmação e negação*. São Paulo: Ensaio.
- \_\_\_\_\_ (2009). *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo (2006). *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.
- OLIVEIRA, Francisco (1982). O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 6.
- PINHEIRO, Jair. (2006). *Da ideologia capitalista da cidade à perspectiva socialista*. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/jairpinheiro.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2010.
- \_\_\_\_\_ (2002). Comunidade versus classes na luta pelo espaço urbano. *Lutas sociais*, São Paulo, n. 8. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_jair.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_jair.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2009.
- \_\_\_\_\_ (2005). Nem teto nem mãe gentil: luta dos sem-teto pelo solo urbano em São Paulo. *Lutas Sociais*. São Paulo, n. 13-14. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13\\_14\\_jair.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_jair.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2009.
- SINGER, Paul (1979). O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-omega.

TONET, Ivo (2004). *Democracia ou liberdade*. Disponível em: <[http://us.share.geocities.com/ivotonet/arquivos/Democracia\\_ou\\_Liberdade.pdf](http://us.share.geocities.com/ivotonet/arquivos/Democracia_ou_Liberdade.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2007.

VILLAÇA, Flávio (1999). Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de et al. (Orgs.). *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedesp.